

CONSTRUÇÕES DE NARRATIVAS PARA PENSAR A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

Francielle de Camargo Ghellere¹

francielleghellere@gmail.com

Olirio Rives dos Santos²

oliriorives130867@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Francielle de Camargo Ghellere y Olirio Rives dos Santos (2020): "Construções de narrativas para pensar a identidade nacional brasileira", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (diciembre 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccscs/2020/12/identidade-nacional-brasil.html>

Resumo

O presente artigo está estruturado no materialismo histórico e na dialética, enquanto teoria e método. O objetivo central é apresentar um estudo bibliográfico sobre a formação da identidade nacional brasileira, a partir de três narrativas: a romântica, a jurídica e a crítica, envolvendo respectivamente o ideário integracionista, o Estado de Direito e as relações econômicas do sistema capitalista de produção, estruturado na mais-valia. Partimos do ponto de análise histórico e sociológico para compreendermos o conceito de "identidade". A base teórica apresentada nesse estudo estrutura-se na concepção de Estado Moderno, formado a partir da crise do feudalismo e das ações da burguesia, enquanto classe dominante. Nesse sentido, destacamos a desigualdade social, alicerçada ao desenvolvimento do capitalismo em escala global para se entender a realidade nacional. Assim, inferimos que a identidade brasileira perpassa, por um lado, pelo conceito de participação e por outro lado, pelo conceito de exclusão social, ambos os conceitos estão permeados pela concepção de Estado, enquanto agente das relações de produção e também das relações ideológica de classe. Conclui-se, que a luta de classe, conceito central da teoria marxista, é omitida ao se analisar a materialidade da memória, do patrimônio e da cultura brasileira. Por vezes, são consideradas apenas as perspectivas adotadas na narrativa romântica e na jurídica, excluindo, assim, a luta de classes. Enfatizamos que referenciar a luta de classe na sociedade capitalista, enquanto categoria de análise da realidade social exclui considerá-la neutra, portanto, ao analisamos a participação e, conseqüentemente, a identidade nacional, as consideramos em uma visão macrossocial.

Palavras-chave: Identidade nacional brasileira; Narrativas romântica, jurídica e crítica.

CONSTRUCTIONS OF NARRATIVES TO THINK ABOUT BRAZILIAN NATIONAL IDENTITY

¹ Professora Pedagoga. Doutora em Sociedade Cultura e Fronteiras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

² Advogado. Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Abstract

This present article is structured on historical materialism and dialectics, as a theory and method. The main objective is to present a bibliographic study on the formation of Brazilian national identity, based on three narratives: the romantic, the legal and the critical, involving respectively the integrationist ideas, the State of Law and the economic relations of the capitalist production system, structured on surplus value. We started from the point of historical and sociological analysis to understand the concept of "identity". The theoretical basis presented in this study is based on the conception of the Modern State, formed from the crisis of feudalism and the actions of the bourgeoisie, as a ruling class. In this sense, we highlight social inequality, based on the development of capitalism on a global scale to understand the national reality. Thus, we infer that the Brazilian identity pervades, on the one hand, the concept of participation and on the other hand, the concept of social exclusion, both concepts are permeated by conception of State, as an agent of the relations of production and also of the ideological relations of class. It is concluded that, the class struggle, the central concept of Marxist theory, is omitted when analyzing the materiality of memory, the heritage and the Brazilian culture. Several times, are considered only the perspectives adopted in the romantic and legal narrative, thus excluding the class struggle. We emphasize that referencing class struggle in capitalist society, as a category of analysis of social reality, excludes considering it neutral, therefore, when we analyzing participation and, consequently, national identity, we consider them in a macrosocial view.

Keywords: Brazilian national identity; Narratives the romantic, the legal and the critical.

CONSTRUCCIONES DE LAS NARRATIVAS PARA PENSAR SOBRE LA IDENTIDAD NACIONAL BRASILEÑA

Resumo

El presente artículo está estructurado en el materialismo histórico y en la dialéctica, mientras teoría y método. El objetivo central es presentar un estudio bibliográfico sobre la formación de la identidad nacional brasileira, empezando desde tres narrativas: la romántica, la jurídica y la crítica, involucrando respectivamente el ideário integracionista, el Estado de Derecho y las relaciones económicas del sistema capitalista de producción, estructurado en la más valia. Empezamos del punto del análisis histórico e sociológico para entendermos el concepto de la "identidad". La base teórica presentada en este estudio estructura-se en la concepción del Estado Moderno, formado apartir de la crisis del feudalismo e de las acciones de la burguesía, mientras classe dominante. En este sentido, destacamos la desigualdad social, razonada al desarrollo del capitalismo en escala global para se entender la realidad nacional. Así, inferimos que la identidad brasileira corre a través de, por un lado, por el concepto de participación y por otro lado, por el concepto de exclusión social, ambos los conceptos están impregnados por la concepción del Estado, mientras agente de las relaciones de producción e también de las relaciones ideológica de clase. Se concluye, que la lucha de clase, concepto central de la teoría marxista, es omitida al se analizar la materialidad de la memoria, del patrimonio y de la cultura brasileira. Por veces, son consideradas solamente las perspectivas adoctadas en la narrativa romántica y en la jurídica, excluyendo, así, la lucha de clases. Enfatizamos que referenciar la lucha de clase en la sociedad capitalista, mientras categoría de análisis de la realidad social excluye considerarlo neutral, por lo tanto, al analizarnos la participación e, consecuentemente, la identidad nacional, las consideramos en una visión macrosocial.

Palabras-clave: Identidad nacional brasileira; Narrativas romántica, jurídica y crítica.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre três narrativas: a) a romântica, baseada no ideário integracionista; b) a jurídica, entendida a partir do Estado de direito e c) a crítica, considerada a partir das relações econômicas, estabelecida no interior das relações de produção da sociedade

capitalista de produção. Objetiva-se igualmente dialogar sobre as três categorias, para se pensar a identidade nacional brasileira.

A primeira narrativa é analisada a partir do ideário romântico para pensar a identidade nacional. Segundo Decca (2002), o ideário romântico acabou por transformar a história brasileira em uma lenda, baseada no discurso idealista e integracionista na construção da identidade nacional. Observa-se que a criação de uma consciência nacional, alicerçada no romantismo, foi necessária para inspirar o povo ao sentimento de pertencimento à nação, porém, alicerçado no ideário romântico europeu.

A segunda narrativa baseia-se na visão estabelecida pela jurisdição, ou seja, no poder do Estado enquanto garantidor de direitos de preservação da pluralidade cultural e preservação do patrimônio, bem como garantidor da identidade nacional. Essa consideração relaciona-se a sua soberania para editar leis e ministrar a justiça (Gonçalves, 2015).

A terceira narrativa parte da concepção materialista dialética da história, pois se considera que toda realidade é um movimento da história, concretizada nas relações econômicas (Santos, 1993). Nessa concepção, as categorias: memória, patrimônio e cultura, são analisadas a partir das lutas de classes.

Parte-se da seguinte problemática para se pensar as três narrativas: como a história é analisada para se pensar a identidade nacional? A hipótese é que a narrativa crítica é por vezes esquecida ou omitida, tanto na questão da cultura, da memória ou do patrimônio, como por exemplo: quando se discute a historicidade da escravidão do negro ou da subversão do indígena ao homem branco para se pensar a identidade nacional brasileira, ou seja, não se considera a luta de classes, conceito central da teoria marxista da história, já que são consideradas apenas a premissa romântica e a jurídica.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para Karel Kosik (2002) o princípio metodológico da investigação da realidade social, ou seja, de um fato histórico, apreende as partes do fenômeno na totalidade, na medida em que um determinado fato histórico é inserido como um momento de um determinado todo. Segundo o autor (2002, p. 44), os fatos são os conhecimentos da realidade e são interpretados como fatos de um todo dialético. “[...] Sem a compreensão de que a realidade é totalidade [...] o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si”.

Para tanto, não somos ingênuos de considerar que é possível, em uma pesquisa, conhecer todos os aspectos da realidade, dentro das infinitudes de elementos que um todo pode oferecer. Concorda-se com Kosik (2002, p. 44) “[...] a totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade [...]”.

Em suma, a realidade é o conjunto de fatos, no entanto, ela não é perfeita, acabada ou imutável. Deste modo, infere-se que os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade, podem ser seguidos como orientação para interpretar determinados aspectos da vida social.

Há, portanto, uma convergência das abordagens qualitativas e quantitativas no método dialético e adota-se esse princípio, como alternativa a ser seguida nesse artigo. Desta maneira,

ênfatisa-se que se deve superar a dicotomia: quantitativo-qualitativo e/ou vice-versa. Essa análise se pauta no entendimento de que ambas as abordagens, na ciência, se complementam e podem ser utilizadas em conjunto nas pesquisas, possibilitando, assim, melhor contribuição para abranger os fenômenos investigados. Considera-se, portanto, que tais abordagens estão circunscritas no movimento histórico da própria ciência.

A explanação acerca dos pressupostos da dialética, enquanto totalidade na investigação foi retratada por Moacir Gadotti (1997). Em referência as ideias do autor, a concepção materialista dialética não separa a teoria (conhecimento) da prática (ação). Nesse sentido, a teoria não é dogma, mas um guia a ser seguido; e a prática é o critério de verdade da teoria, pois, o conhecimento deve partir dela e vice versa.

Segundo Gadotti (1997), a relação entre: sujeito-objeto relaciona-se à dialética do conhecimento. Para o autor, essa relação é o resultado de uma interação constante entre os objetos a serem conhecidos e a ação dos sujeitos que procuram entender os objetos.

A relação entre “sujeito” e “objeto”, segundo a pesquisadora Maria Aparecida Ciavatta (2009), infere-se em dois problemas epistemológicos: a verdade desse conhecimento e o seu caráter objetivo ou subjetivo. No que se refere à verdade, tem-se por um lado a verdade absoluta, que se apoia no dogmatismo, a qual pertence a teologia e ao senso comum, e por outro lado, a verdade relativa, que tem como fim, a inexistência de qualquer verdade, ambas são perigosas para a pesquisa acadêmica.

A questão da verdade, segundo Ciavatta (2009) está associada à historicidade das relações sociais, pautada “[...] pelas ideologias, que justificam os interesses de classe, e pela política, [bem como] pelo poder que se exerce na vida social” (Ciavatta, 2009, p. 131). Nesse sentido, para a autora, o objeto é universal e isento de carga emocional. Já a subjetividade, está relacionada ao pesquisador, pois a abstração do sujeito reflete-se no objeto a ser conhecido. Portanto, a objetividade contém parte da subjetividade do pesquisador.

Para refletir sobre a subjetividade do pesquisador e a busca pelo rigor científico, nos questionamos: como conseguir um distanciamento do objeto de estudo? A pesquisadora Marli Elisa Dalmaso Afonso André (2000), nos ajuda a refletir sobre o questionamento abordado, pois a autora considera que o pesquisador deve ter uma atitude de “estranhamento”, no sentido de transformar o familiar em estranho, diante do objeto pesquisado.

Tomando novamente as reflexões de André (2000), constata-se que “[...] é um esforço ao mesmo tempo teórico e metodológico: por um lado deve-se jogar com as categorias teóricas para poder ver além do aparente e por outro treinar-se para ‘ver tudo’, para ‘enxergar’ cada vez mais” (André, 2000, p. 43). Dessa forma, a teoria adotada pelo pesquisador, para fundamentar a sua pesquisa acadêmica, exerce essencial relevância para obtenção dos resultados.

Para Ciavatta (2009), a verdade implica em considerar que o conhecimento é sempre aproximativo, pois, depende da totalidade social, bem como da historicidade. De acordo com as ideias da autora, a concepção apresentada difere-se de uma concepção positivista, que toma a visão imediata de um ser, fato ou objeto. Isso posto deduz-se que a ciência não é neutra, ou seja, não é destituída de subjetividade, de valores e ideologias.

Gadotti (1997) argumentou que a dialética considera todas as coisas em seu devir, ou seja, a natureza e a sociedade não estão acabadas, mas, em constante transformação, isso implica em ressaltar que é em espiral -, do todo para as partes e das partes para o todos, em um processo por vezes contraditório e complementar.

Portanto, Para analisar o nosso objeto de estudo, adota-se como referência o procedimento metodológico em uma concepção histórica, dialética e materialista. A opção pelo materialismo histórico e dialético, como instrumento de análise da realidade concreta tem como premissa a fundamentação de que o objeto é complexo e é a síntese de muitas determinações, ou seja, é unidade da diversidade/multiplicidade.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As mudanças que marcaram o século XVIII -, na economia, na política e nas relações sociais cotidianas, consentiram a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e outros acontecimentos históricos, no contexto da Europa, devido à “destruição da velha ordem aristocrata” e a construção de “uma nova ordem” burguesa, fundamentada nos poderes legislativo, executivo e judiciário.

O século XVIII ficou marcado pelos ideais de racionalidade do Iluminismo, alicerçado no liberalismo clássico, fortemente estruturantes do *laissez-faire* e do individualismo. Para Emir Sader (1998) “[...] a sociedade burguesa produz a um só tempo o animal político da maneira mais radical no plano de desenvolvimento social, e o indivíduo isolado, liberado dos mecanismos sociais” (p. 58).

O que se verifica é que as características do capitalismo que surgiu a partir do século XVIII, definiram uma forma política que acompanhou o seu desenvolvimento nos séculos seguintes. Para Sader (1998) “[...] a centralização do Estado cria as condições de unificação da estrutura social que as relações capitalistas requerem”. A conjuntura social foi, portanto, determinante na condução de uma forma de Estado que o capitalismo promovia, sobretudo, alicerçado na unificação social, na derrubada da aristocracia e no “levante” da burguesia como “representante” fiel do modelo de sociedade que surgia.

Na visão de Poulantzas (1985), o Estado tem um papel fundamental nas relações de produção e também nas relações ideológicas de classe. Segundo o autor, as relações ideológicas são essenciais na constituição das relações de propriedade econômica e na divisão social do trabalho. De acordo com suas inferências, a ideologia consiste no poder da classe dominante, sendo assim, a ideologia dominante invade os aparelhos de Estado, tais como a justiça, o exército, a administração pública, entre outros espaços.

Na análise de Sader (1998), no início do capitalismo, o Estado seria uma forma política unificadora, que estaria acima das classes sociais, visto que a desaparecimento da monarquia, enquanto poder político dominante marcava a aparição do Estado como forma de poder na sociedade. O que permitiu, na análise do autor, o “surgimento” do Estado moderno baseado no papel que a revolução burguesa lhe atribuiu. “[...] Sua identificação com a nação, entendida como a soma dos cidadãos, unificados fortemente em torno do Estado, é o critério indispensável para o desempenho daquele papel. O sufrágio universal é o instrumento que legitima essa função” (Sader, 1998, p. 66).

Décio Saes (1998) também analisou que o Estado cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalista. Assim, as condições ideológicas que são criadas pelo Estado burguês na dominação de classe relacionam-se à conservação do processo de exploração do trabalho e na dominação de uma classe (explorada) por outra (exploradora).

3.1 PRIMEIRA NARRATIVA PARA SE PENSAR A IDENTIDADE NACIONAL: A ROMÂNTICA

Segundo Boaventura de Souza Santos (1993, p. 32), a preocupação com a identidade nacional não é novidade “[...] podemos dizer até que a modernidade nasce dela e com ela. O primeiro nome moderno de identidade é a subjetividade”. O autor considera tanto a subjetividade individual quanto a coletiva para se pensar a identidade. No caso da identidade nacional brasileira, Santos (1993) considera a construção histórica advinda de um sistema colonial, onde o Brasil reproduziu os mecanismos sociais oriundos das diretrizes da matriz europeia³.

Edgar Salvadori de Decca (2002, p. 89), considera complexa a definição do que é identidade. No caso do Brasil, a colonização portuguesa, o sistema escravocrata e a imigração europeia, são construtores da identidade nacional. Segundo o autor “[...] seria importante, uma discussão sobre a identidade nacional, se avaliarmos como se produziu o discurso fundador dessa mesma identidade”.

Decca (2002) considera que além de sermos uma projeção de uma utopia europeia, também somos uma criação da nossa própria realidade. “Assim, para os construtores do ideal nacional brasileiro, sempre estiveram em conflito a busca de identificação com a utopia pretendida pelos europeus e a construção de uma realidade que viesse a contrariar e se diferenciar dessa utopia” (p. 91).

As considerações de Decca (2002, p. 92), faz-nos refletir como os ideais românticos do século passado “[...] em que o rei delega o mandato utópico ao filho e vai embora para a Europa, saudoso e triste, mas esperançoso de que o filho realizaria a sua obra incompleta”, ainda está presente no imaginário da construção da identidade nacional, sob uma visão distorcida da realidade brasileira quanto nação, até porque a exclusão do negro e do indígena transparece.

No final do século XIX e início do século XX, foram criados instrumentos que assegurassem a identidade nacional, como por exemplo: a República Federativa, precedida à divisão dos três poderes, bem como o voto, sendo este ainda que para uma pequena parcela da população, a inserção no contexto nacional de novos valores e normas⁴ na relação indivíduo e Estado, contexto voltado para a consolidação do projeto de nação.

A invenção de um herói, construída pela imagem do Tiradentes⁵; a reformulação da bandeira nacional, após o fim da monarquia, baseada nas ideias positivistas e liberais da época, visando à

³ A coroa portuguesa liderou o comércio e a centralidade do poder econômico sob o Brasil, especialmente nos séculos XVI e XVII. Dessa forma, para se compreender o Brasil, enquanto Estado-nação faz-se necessário analisá-lo historicamente, anterior a integração econômica europeia, embora a história brasileira esteja vinculada a afirmação da nação que se constitui no século XX, pode-se deduzir que ainda se mantem elementos do período jesuítico.

⁴ Essa consideração está relacionada ao período que precede o intenso e complexo processo de povoamento, em que Portugal impôs seus costumes, religião e princípios sobre os nativos que pertenciam ao território nacional.

⁵ A Inconfidência Mineira serviu para a construção de um projeto republicano de Estado, baseado na construção de um projeto nacional. Após a invenção de um herói nacional, como ocorreu com o Líder da Inconfidência Mineira, Joaquim José da Silva Xavier (1893), o Tiradentes, exaltou-se a força das classes dirigentes, contra o regime imperial.

promoção do progresso e do individualismo; a conservação do hino nacional, entre outros signos que foram construídos na tentativa de constituição de uma subjetividade coletiva e de representatividade nacional, como no caso de tradições, baseadas nas transmissões de costumes, comportamentos, memórias e crenças.

O triunfo da subjetividade individual propulsionado pelo princípio de mercado e da prosperidade individual, que se afirma de Locke a Adam Smith, acarreta consigo, pelas antinomias próprias do princípio do mercado, a exigência de um super-sujeito que regule e autorize a autoria social dos indivíduos. Esse sujeito monumental é o Estado liberal (Santos, 1993, p. 34).

Observa-se, contudo, que o discurso baseado na coletividade não se aplica ao Estado Liberal, em nenhum contexto ou nação, embora houvesse um discurso nacionalista. No caso do Brasil, a década de 1930 foi marcada, pelo populismo e pelo nacionalismo, especialmente durante o Estado Novo (1937 a 1945).

Nessa narrativa as historicidades das relações humanas não são interpretadas à luz dos debates sociais e econômicos, mas de uma concepção ideológica e naturalista, baseada na aversão à luta de classes. Decca (2002, p. 94) considera o seguinte: “[...] tanto os habitantes naturais da Américas, os ameríndios, como a população negra, transplantada da África e escravizada, não poderiam ser portadoras da ideia de identidade nacional, porque não foram considerados aptos para se emancipar”.

A busca de uma identidade nacional, baseada em uma concepção romântica, foi observada também nas considerações de Márcia Chuva (2012), ao citar os estudos etnográficos de Mário de Andrade, relacionado ao contexto brasileiro. A narrativa romântica relaciona-se a citação a seguir, quando a autora afirma que a cultura popular foi marginalizada no contexto da década de 1930, ao se referir a dicotomia entre concepção: material e imaterial⁶ e no distanciamento do patrimônio e do folclore, enquanto patrimônio cultural material.

Talvez a opção pela perpetuação da memória histórica que estabelece uma linha de continuidade dos anos 30 até hoje, por meio da atualização do mito fundador de Mário de Andrade, venha obscurecendo os antagonismos e dificultando a percepção das diferentes apropriações da noção de patrimônio cultural na atualidade (Chuva, 2012, p. 162).

O texto de Márcia Chuva (2012) nos mostra que não deve haver divisão entre o material e imaterial, pois a identidade cultural deve ser analisada em sua totalidade. “[...] Qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural provocará modificações em sua imaterialidade” (Chuva, 2012, p.162). Ou seja, o imaterial e material estão interligados. A década de 1930 obscureceu as lutas sociais quando se excluiu a memória história do folclore brasileiro, obscurecendo, assim, a identidade multiculturalista do Brasil, embora o discurso fosse ao contrário.

O período compreendido entre 1870 a 1930 foi marcado, em grande parte do Brasil, pela chegada de imigrantes europeus, vindos de várias partes da Europa. Isso ocorreu devido ao fluxo

⁶ Cultura material e cultura imaterial são dois tipos de patrimônio que expressam a cultura de uma determinada região ou povo. A cultura material é composta por elementos concretos, exemplos: construções estruturadas, objetos artísticos, entre outros. A cultura imaterial é relacionada aos elementos abstratos, como hábitos, músicas, rituais, entre outros.

migratório impulsionado por uma política de substituição da mão de obra escrava, após a abolição da escravatura. Com as primeiras construções das estradas de ferro, buscou-se mão de obra especializada, especialmente vindas da Inglaterra. A consolidação das estradas de ferro tinha o objetivo de dinamizar o transporte de produção agrícola em direção aos portos para o comércio exterior, como forma de girar a economia, integrando o país ao mercado internacional.

O que se constata, portanto, é que a ideia de um integracionismo, ou seja, de um movimento político de integração social, se disseminou com a Proclamação da República (1889), porém, foi a partir da década de 1930, que as políticas de cunho nacionalista tomaram proporções alinhadas fortemente a um conjunto de medidas, como por exemplo, destacam-se as campanhas para diminuir as comunidades (fechadas) de imigrantes⁷ e as campanhas para combater o analfabetismo.

A construção da identidade nacional brasileira, alicerçada no ideário do romantismo, pode ser compreendida a partir da Semana da Arte Moderna ocorrida em 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, onde os artistas e a elite brasileira buscavam uma identidade própria e a liberdade de expressão, porém, baseadas na concepção europeia.

Com certeza, a representação romântica da identidade nacional partiu diretamente do índio para a construção da lenda fundadora do Brasil. Nesse sentido, tanto o discurso histórico como o literário atuaram no sentido de reforçar a ideia de uma origem da nação por meio de um contato fundador entre o elemento branco e o aborígine (Decca, 2002, p. 94).

Na criação do Estado-nação tentou-se criar uma identidade homogeneizada, pensada a partir da cultura europeia para se formar a identidade nacional. Reforçando-se assim, conforme destacou Decca (2002), a origem de nação a partir do elemento do contato entre o homem branco e o índio.

3.2 SEGUNDA NARRATIVA PARA SE PENSAR A IDENTIDADE NACIONAL: A JURÍDICA

A identidade nacional, analisada na segunda narrativa, é compreendida a partir das subjetividades imaterial e material, pautadas no direito à preservação. Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves (2015, p. 213).

[...] É comum que se assuma como um dado que os patrimônios materiais e imateriais expressam ou representam a “identidade” de grupos e segmento sociais. Um tipo de arquitetura, assim como uma culinária, uma atividade festiva, uma forma de artesanato ou um tipo de música, pode ser identificado como “patrimônio cultural” na medida em que é reconhecido por um grupo (e eventualmente pelo Estado) como algo que lhe é próprio, associado à sua história e, portanto, capaz de definir sua “identidade”.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁸ em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo presidente Getúlio Vargas, é um exemplo da segunda

⁷ As campanhas eram uma maneira de expressar politicamente a prudência contra o nazismo.

⁸ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O SPHAN começou a funcionar em 1936, a partir de determinação presidencial dirigida ao ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema.

narrativa, ou seja, o Estado enquanto garantidor de direitos. O discurso de patrimônio enquanto preservação da nação brasileira surgiu nos anos 1930.

[...] o patrimônio cultural brasileiro, enquanto discurso e enquanto política de Estado, emergiu, ainda nos anos 1930, sob a inspiração de intelectuais modernistas: Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gilberto Freyre, entre outros. Em contraste com a vanguarda europeia, o modernismo brasileiro, na perspectiva de alguns analistas, distingue-se por uma tendência conservadora que, ao invés de celebrar a ruptura, concilia passado, presente e futuro. Observe-se que alguns dos intelectuais que estiveram à frente da construção do patrimônio no Brasil e dirigiram a criação e o funcionamento do então SPHAN foram também responsáveis pelo projeto e a construção de Brasília (Gonçalves, 2015, p. 218).

A promulgação da Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, definiu o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, entre outras defesas voltadas às criações científicas, artísticas e tecnológicas, tanto de natureza material quanto imaterial. Representam as políticas de patrimônio e significaram grandes avanços à sociedade, com ampla representatividade das organizações internacionais, como no caso da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Em 1972, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco estabeleceu a Convenção do Patrimônio Mundial para incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade. Essa Convenção enseja que estes bens tenham um valor universal e um interesse excepcional que justifique que toda a humanidade se empenhe em sua preservação, enquanto testemunhos únicos da diversidade da criação humana (Unesco, 2008, p. 4).

A partir da década de 1980, Gonçalves (2015, p. 213), observa que o tema patrimônio cultural e identidade, ocupou a agenda de diversos movimentos sociais, para se pensar a identidade nacional.

[...] se até aquela década, ao menos no contexto brasileiro, as discussões sobre o patrimônio restringiam-se à esfera do Estado e dos intelectuais que dirigiam as agências de preservação histórica, a partir de então o tema difundiu-se pela sociedade civil.

O autor considera que no período anterior à década de 1980 o Estado brasileiro é que definia patrimônio e cultura. A partir desta década, grupos e associações civis instrumentalizaram a luta política na preservação da identidade nacional. O autor observa que “[...] do ponto de vista do Estado e de suas políticas, especificamente suas políticas de patrimônio, ‘identificar’ um grupo e seu patrimônio equivale a exercer positivamente sua função enquanto agência do poder” (Gonçalves, 2015, p. 213).

Reginaldo Santos Gonçalves (2015, p. 213) considera também que a noção individualizada de “identidade” perde a centralidade, sendo substituída por uma autopercepção. Compreende-se que a autopercepção na qual o autor refere-se, é a maneira que as pessoas compreendem suas próprias atitudes, crenças e memórias, com base na construção da identidade de determinados grupos sociais. O que se observa, portanto, são maneiras de se compreender e preservar patrimônio e cultura, que foram modificadas no decorrer do processo histórico.

Joël Candau (2005, p. 18-20) considera que a memória é a identidade em ação, no sentido de participar de sua construção “[...] mas ela [memória] pode, ao contrário, ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade”. Entende-se que a memória está associada ao passado, e isso leva os indivíduos a incorporar certos aspectos do passado. Para a autora, embora a identidade e a memória estejam inter-relacionadas, também são fenômenos distintos e ambíguos.

[...] As noções de “identidade” e “memória” são ambíguas, pois ambas estão submetidas no termo representações um conceito operatório no campo das Ciências Humanas e Sociais, referindo-se a um estado em relação a primeira e a uma faculdade em relação a segunda (Candau, 2005, p. 20).

Observa-se, contudo, que o final da década de 1930 e o início da década de 1980, ficaram marcadas construções de preservação de memória, patrimônio e identidade, advinda do Estado para a sociedade. Após a década de 1980, os movimentos sociais começaram a reivindicar políticas públicas para a preservação cultural.

Portanto, a identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade, se faz na inter-relação entre Estado, garantidor de direitos e sociedade, movimento civil organizado que discute a preservação da memória individual e coletiva, ao mesmo tempo em que defende as pertinentes políticas que se façam necessária à sociedade.

3.3 TERCEIRA NARRATIVA PARA SE PENSAR A IDENTIDADE NACIONAL: A CRÍTICA

O Materialismo Histórico e Dialético nos ajuda a compreender a terceira narrativa. Essa teoria faz parte do marxismo, criada pelos pensadores: Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Marx e Engels analisaram o capitalismo enquanto forma de produção de uma época. Eles analisaram e criticaram o capitalismo, propondo uma nova forma de organização político-econômica denominada de socialismo.

O Materialismo nos permite compreender a realidade concreta, bem como nos instrumentaliza a conhecer o real e atuar sobre a conjuntura social. Marx e Engels (2003) consideraram que toda a história tem sido uma história de luta de classes, de lutas entre as classes exploradas e as classes exploradoras⁹.

A luta de classes ocupa centralidade na teoria marxista porque a sociedade capitalista de produção se estrutura em dois pilares: no capital e no trabalho. O capital está representado pelos donos dos meios de produção, e o trabalho está representado pelo proletariado, ou seja, pelos trabalhadores que são desprovidos do capital. Dessa relação de exploração, ocorre à extração da mais-valia¹⁰.

⁹ Marx considera que “[...] a moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas” (Marx e Engels, 2003, p. 9).

¹⁰ A extração da mais-valia se enquadra em um comportamento específico da sociedade capitalista de produção, ocultada na dinâmica da economia, que vai além da produção de valor. A produção da mais-valia, portanto, é a lei econômica fundamental do capitalismo, pois é o valor do trabalho não pago ao trabalhador. O dono do capital apropria-se da mais-valia, ou seja, do lucro obtido através da força de trabalho, a partir do tempo de realização na produção da mercadoria.

A narrativa analisada, denominada crítica, baseia-se no modo de produção capitalista, sustentada na relação de exploração, visto que a economia determina o modo como se vive e se organiza a vida social. Fundamenta-se em uma concepção de sociedade dividida em classes antagônicas, com interesses divergentes, onde o Estado e a cultura são determinados pelo modo de produção capitalista, portanto, se diverge da narrativa romântica para se analisar a historicidade das relações humanas.

Boaventura de Souza Santos (1993) discute as contestações romântica e marxista da identidade moderna. Considera que o romantismo glorifica a subjetividade individual, sendo ela herdeira do reformismo iluminista.

A contestação marxista da identidade moderna tem mais pontos de contato com a contestação romântica do que durante muito tempo quis admitir, mas a direção que toma é obviamente muito distinta. A recontextualização da identidade proposta pelo marxismo contra o individualismo e o estatismo abstratos é feita através do enfoque nas relações sociais de produção, no papel constitutivo destas, nas ideias e nas práticas dos indivíduos concretos e nas relações assimétricas e diferenciadas destes com o Estado. Por esta via, o conflito matricial da modernidade entre regulação e emancipação passa a ser definido segundo as classes que o protagonizam: a burguesia do lado da regulação e o operariado do lado da emancipação (Santos, 1993, p. 36).

O autor analisa que o marxismo não alcançou êxito em fazer vingar, nos últimos cem anos, uma alternativa concreta de superação da relação de hegemonia entre: indivíduo-estado, nem no plano econômico, nem no plano político. Boaventura (1993) argumenta como a questão das identidades sexual, étnica e cultural, é marcada pelo processo histórico da modernidade.

Para verificar isto mesmo, é necessário recuar ao sentido original das contestações romântica e marxista à descontextualização e polarização da identidade social e cultural operada pela versão hegemônica, liberal, da modernidade. A contestação romântica propõe a recontextualização da identidade por via de três vínculos principais: o vínculo étnico, o vínculo religioso e o vínculo com a natureza. A contestação marxista propõe como vimos a recontextualização através do vínculo de classe (Santos, 1993, p. 37).

A história sob o ponto de análise da luta de classes está fundamentada no conflito entre: opressores e oprimidos. Essa relação de conflito envolve a economia e a política. Em todas as épocas, desde que a sociedade se manteve estruturada em classes, a classe dominante impôs seu modo de ver o mundo; a diferença da sociedade capitalista está na modernização da relação de exploração.

Ao analisar as categorias: patrimônio, cultura e identidade nacional, verifica-se que podem, na sociedade capitalista, tornarem-se mercadorias, quando, por exemplo, servem ao propósito da indústria.

Os patrimônios podem simultaneamente servir aos propósitos da indústria turística em escala planetária, às estratégias de construção de "identidades", à formação de subjetividades individuais e coletivas, às reivindicações de natureza política e econômica por parte de grupos sociais, ou ainda a políticas de Estado. Mas em todos esses usos do patrimônio é possível perceber determinados modos de imaginar e gerir as relações entre passado, presente e futuro (Gonçalves, 2015, p. 218).

José Reginaldo Gonçalves (2015, p. 220), considera uma extensa rede de mercados que estão associados à política de preservação da memória do patrimônio “[...] companhias de transporte, redes de hotéis e restaurantes, visitas turísticas, festivais, comércio de souvenirs (postais, reproduções, fotografias, filmes, objetos), edição e circulação de jornais, revistas, livros”.

A exploração comercial do patrimônio cultural é uma prática que dificulta a proteção da memória social. A divulgação e “venda” de imagens proporcionam a criação de expectativas e desejos de consumo, sendo a principal prática o fetiche. Marx (2017) afirma que o fetiche¹¹ é um produto de propriedade e domínio do capitalismo, onde os objetos se tornam mercadorias e o lucro é a principal finalidade. Observa-se, portanto, que no modo de produção capitalista, as relações humanas, não são outra coisa se não relação de mercado, tudo se torna uma mercadoria.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De fato, buscou-se proceder à investigação em uma perspectiva histórica e dialética, dentro da concepção materialista da história. Considerando que:

Em uma visão dialética da realidade, não há como separar os julgamentos de fato dos julgamentos de valor. As sociedades, assim como os relatos, a história que constroem sobre as relações de dominação entre os povos, não são regidas por leis naturais, imunes aos sentimentos, aos interesses e às ideologias de cada um (Ciavatta, 2009, p. 132-133).

Dentro da concepção de que a história é construída nas relações de dominação entre povos, nos referenciamos pela dialética das lutas de classes, a partir da corrente teórica marxista. A historicidade das ações humanas, sob o ponto de análise da luta de classes, está fundamentada no conflito social, alicerçada na contradição que é concretizada na existência de duas classes: o proletariado e a burguesia.

Para Friedrich Engels (1985, p. 49), “a concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social [...]”. Com base no referencial teórico do autor, a divisão social dos homens em classes é determinada pela forma que os homens produzem e também pelo modo de troca dos produtos, por isso, toda revolução política, econômica e social deve ocorrer partindo da transformação do modo de produção.

O Manifesto do Partido Comunista nos ajuda a entender que “[...] a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classes” (Marx e Engels, 2003, p. 9). Os autores consideraram que toda a história tem sido uma história de luta de classes, de lutas entre a classe explorada e a classe exploradora.

¹¹ Marx (2017, p. 146), considera que “[...] a primeira vista, uma mercadoria parece uma coisa trivial e que se compreende por si mesma. Pela nossa análise mostramos que, pelo contrário, é uma coisa muito complexa, cheia de sutilezas metafísicas e de argúcias teológicas. Enquanto valor-de-uso, nada de misterioso existe nela, quer satisfaça pelas suas propriedades as necessidades do homem, quer as suas propriedades sejam produto do trabalho humano. É evidente que a atividade do homem transforma as matérias que a natureza fornece de modo a torná-las úteis. Por exemplo, a forma da madeira é alterada, ao fazer-se dela uma mesa. Contudo, a mesa continua a ser madeira, uma coisa vulgar, material. Mas a partir do momento em que surge como mercadoria, as coisas mudam completamente de figura: transforma-se numa coisa a um tempo palpável e impalpável. Não se limita a ter os pés no chão; face a todas as outras mercadorias, apresenta-se, por assim dizer, de cabeça para baixo, e da sua cabeça de madeira saem caprichos mais fantásticos do que se ela começasse a dançar”.

Para Gadotti (1997), Marx e Engels demonstraram a lei da contradição aplicada ao estudo da história social. Consequentemente, eles evidenciaram as contradições existentes: entre as forças produtivas e as relações de produção; entre as classes exploradoras e as exploradas; entre a base econômica e a superestrutura e entre a política e a ideologia.

Gadotti (1997) exemplifica que Marx e Engels aplicaram a lei da contradição, para elucidar a estrutura da sociedade capitalista e demonstrar cientificamente, que a sociedade capitalista de produção está estruturada sob o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade.

Neste contexto, referenciar a luta de classes na sociedade capitalista, enquanto categoria de análise da realidade social -, exclui considerá-la neutra. A realidade social é histórica, por isso, é ativo o papel do sujeito na pesquisa, e, o investigador deve compreender, interpretar e analisar o objeto de seu estudo para além da aparência¹². Assim, é necessário esforço do pesquisador para, partindo dos fatos empíricos, que são as aparências dadas por certas “realidades”, superar a essência¹³ do objeto em questão.

Com base na investigação de João Bernardo (1998, p. 11), o modelo da mais-valia é o modelo básico dos conflitos sociais, isto porque “[...] o tempo de trabalho que os trabalhadores são capazes de despende no processo de produção é maior do que o tempo de trabalho que eles incorporam na sua própria força de trabalho”. A teoria da mais-valia revela o processo de produzir mercadorias, mostrando que o valor acumulado pelo capitalista é maior do que a soma dos valores de trabalho e os valores gastos no processo de produção.

De acordo com a teoria em questão, a extração da mais-valia se enquadra em um comportamento específico da sociedade capitalista de produção, ocultada na dinâmica da economia, que vai além da produção de valor (Bernardo, 1998). A produção da mais-valia é a lei econômica fundamental do capitalismo, pois é o valor do trabalho não pago ao trabalhador. Para Marx (2017), a extração da mais-valia é à base do acúmulo do capital.

Para Maria Lúcia de Aranha (1993), o surgimento do capitalismo produziu a intensificação do lucro, alicerçado no valor de troca. Tal relação foi determinante para tornar o homem escravo da matéria, pois, confinou o operário à fábrica, retirando dele a posse do produto do seu trabalho. As relações que surgiram no mundo da produção transformaram as relações humanas em relações de dominação e alienação.

Etimologicamente a palavra alienação vem do latim *alienare*, *alienas*, que significa "que pertence a outro". Alienar é tornar alheio, ou seja, transferir para outrem o que é seu. Alienação, portanto, é um conceito que designa indivíduos que estão alheios em si e/ou outrem, devido às relações estabelecidas nas questões econômicas, sociais ou ideológicas.

Com base na teoria marxista, a relação de alienação, que ocorre no mundo da produção, levou a personificação da mercadoria e a coisificação do homem, denominada como fetichismo da mercadoria e reificação do trabalhador, devido à supervalorização da produção em detrimento das

¹² No dicionário de Filosofia o termo aparência significa “(lat. *apparentia*: aparição, aspecto) 1. Aquilo que é dado das coisas ao sujeito na representação. Sinônimo de fenômeno. 2. Aspecto enganador ou meramente superficial das coisas. Oposto a realidade” (Japiassú e Marcondes, 2001, pg. 15).

¹³ No dicionário de Filosofia o termo essência significa “(lat. *essentia*) 1. Para a escolástica, é uma das grandes divisões do ser: é o ser mesmo das coisas, aquilo que a coisa é ou que faz dela aquilo que ela é. Para cada ser distinguimos uma essência e uma existência que ela pode ou não comportar” (Japiassú e Marcondes, 2001, pg. 67).

relações humanas. “[...] Processo pelo qual a mercadoria, ser inanimado, é considerada como se tivesse vida, fazendo com que os valores de troca se tornem superiores aos valores de uso” (Aranha, 1993, p. 33). Dessa forma:

A mercadoria adquire valor superior ao homem, pois privilegiam-se as relações entre coisas, que vão definir relações materiais entre pessoas. Com isso, a mercadoria assume formas abstratas (o dinheiro, o capital) que, em vez de serem intermediárias entre indivíduos, convertem-se em realidades soberanas e tirânicas. Em consequência, a "humanização" da mercadoria leva à desumanização do homem, a sua coisificação, à reificação (do latim res, "coisa"), sendo o próprio homem transformado em mercadoria (sua força de trabalho tem um preço no mercado) (Aranha, 1993, p. 33).

O conceito de alienação, portanto, “[...] não é puramente teórico, pois se manifesta na vida real do homem, na maneira pela qual, a partir da divisão do trabalho, o produto do seu trabalho deixa de pertencer [ao indivíduo]” (Aranha, 1993, p. 33). Contudo, na relação de exploração: “homem, trabalho e natureza”, os indivíduos são recursos para atingir determinados fins no processo de produção.

Assim, considera-se, portanto, que o conceito de alienação se manifesta nas narrativas romântica e jurídica para se analisar a identidade nacional brasileira, visto que a narrativa romântica transforma, de fato, a história em amontoados de acontecimentos e em discursos idealistas, e a narrativa jurídica transforma a história em acontecimentos técnicos.

Por fim, considera-se que a formação da identidade nacional brasileira deve ser estruturada na concepção de participação, visto que “participar” é um processo educativo “[...] no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico, quanto no de aquisição de práticas de habilidade e procedimentos democráticos [...] quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo”.

Diretamente implícito a esse contexto, Bordenave (1994) mostrou-nos que a origem da palavra “participação” vem da expressão “parte”. A participação é fazer parte, tornar parte ou ter parte. A democracia participativa, portanto, é a que os cidadãos sentem-se parte do processo de tomada de decisão. “As pessoas participam em sua família, em sua comunidade, no trabalho, na luta política. Os países participam nos foros internacionais, onde se tomam decisões que afetam o mundo” (Bordenave, 1994, p. 11).

Bordenave (1994) dividiu a participação em duas categorias: a microparticipação e a macroparticipação. A microparticipação é a associação voluntária entre duas ou mais pessoas em uma atividade comum, como: associação, clube, irmandade, escola, trabalho, família, esporte, comunidade, entre outras. A macroparticipação é a mais abrangente, e compreende a participação macrossocial, incluindo a participação nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade, de forma ampla.

Conforme Bordenave (1994) demonstrou em seus escritos, a participação macrossocial é o processo mediante o qual as pessoas têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade. Portanto, tomando como referência as considerações do autor, constata-se que a macroparticipação é a participação na produção e no consumo de bens e serviços da sociedade. Dessa forma, somente será possível uma identidade nacional, quando houver a participação macrossocial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção, a troca dos produtos, a distribuição, a divisão social dos homens em classe é base de sustentação da sociedade capitalista. Para Engels (1985) a concepção materialista da história está na forma de compreender estas relações como mecanismos de exploração do trabalho pelo capital. Assim, a homogeneização cultural é atravessada por um universo de culturas, que são compartilhadas. O projeto nacional, ou seja, o que funda nossa identidade é a luta de classes.

De fato, a Proclamação da República do Brasil, ocorrida em 1889, gerou expectativas ao que se refere à criação de uma identidade nacional, alicerçada na inclusão de grupos até então marginalizados historicamente e politicamente. Destarte, no decorrer do tempo, as expectativas baseadas na soberania popular e no exercício pleno da cidadania não ocorreu, devido a sociedade brasileira ser uma das mais desiguais do mundo, o que envolve concentração de renda, moradia, escolarização, gênero, cor, entre outros¹⁴.

O romantismo é subjugado em uma perspectiva etnocêntrica de tratar os fatos históricos. A década de 1930, no Brasil, podemos observar a visão romântica de integralidade cultural, composta pela Era Vargas¹⁵. Nesse contexto, buscou-se um nacionalismo étnico, como forma de unificação da nação, definida em termos de etnicidade. Na Era Vargas o Estado determinava a memória, o patrimônio e a cultura, havia, portanto, uma dicotomia entre o imaterial e material.

A partir da década de 1970, os movimentos sociais buscaram seus espaços políticos no Brasil. A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante para se pensar o material e o imaterial a partir da sociedade, o que deve ser considerado como uma conquista relevante, considerando o conteúdo que passou a constar como marco constitucional e por ser oriundo de reivindicações populares.

A cultura crítica baseada na concepção materialista da história é um grande desafio para se conceituar a identidade nacional, pois as narrativas tornam-se uma relação de poder hegemônico. A visão crítica, nesse ponto de análise é materialista e dialética, pois analisa o movimento presente da história, como uma história viva e que transforma e forma as relações sociais humanas. Uma cultura que faz refletir sobre as lutas, resistências dos povos, afirmada pela diversidade cultural, ou seja, a cultura híbrida pertencente à miscigenação em uma heterogeneidade cultural.

Portanto, o projeto homogêneo capitalista acaba dificultando o processo dos movimentos sociais a conquistarem as suas reivindicações. A categoria cultura, não pode ser debatida fora do debate econômico. A propriedade privada e o individualismo são determinantes para compreender as relações sociais. A cultura não é uma discussão periférica, mas uma provocação a outros movimentos

¹⁴ Ver mais em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Condições de vida, desigualdade e pobreza*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html>. Acesso 21 de dezembro de 2020.

¹⁵ Essa consideração está relacionada ao governo populista de Getúlio Vargas. O presidente reforçou a propaganda anticomunista (reprimiu a atividade política), alarmando a classe média (sua principal aliada e apoiadora do golpe militar), dotou medidas econômicas nacionalizantes, como por exemplo: criou o Banco Nacional de Desenvolvimento (1952) e a Petrobras (1953).

e possibilidades que possam se concretizar como vontade, querer e realização das massas, pois do contrário se concretiza a exclusão, conforme ocorre no Brasil.

REFERÊNCIAS

- André, Marli Elisa Dalmaso Afonso. (2000). A pesquisa no cotidiano educacional. In: Fazenda, Ivani. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez.
- Bordenave, J.E.D. (1994). *O que é participação?* São Paulo: Brasiliense.
- Candau, Joël. *Memória e identidade*. (2005). 1ª edição. São Paulo: Contexto.
- Chuva, Márcia (org.). (2012). Revista do patrimônio histórico e artístico nacional. In: Chuva, Márcia. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. nº 34/2012. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília – DF.
- Ciavatta, Maria Aparecida. (2009). *Estudos comparados: sua epistemologia e sua historicidade*. Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 129-151.
- Decca, Edgar Salvadori de. (2002) Tal Pai, Qual Filho? *Narrativas Histórico-Literárias da Identidade Nacional*. Projeto História. Revista Do Programa de Estudos Pós-graduados de História. Issn 2176-2767. Volume 24.
- Engels, Friedrich. (1985). *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Moraes.
- Gadotti, Moacir. (1997). *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez.
- Gonçalves, José Reginaldo. (2015). *O mal-estar do patrimônio: identidade, tempo e destruição*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55, p. 211-228, janeiro-junho.
- Japiassú, Hilton; Marcondes, Danilo. (2001). *Dicionário Básico de filosofia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Kosik, Karel. (2002). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich. (2003). *Manifesto comunista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann.
- Marx, Karl. (2017). *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo.
- Poulantzas, Nicos. (1985). *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Sader, Emir. (1998). *Estado e política em Marx: para uma crítica da filosofia política*. 2ª edição. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de Souza. (1993). *Modernidade, identidade e a cultura de fronteira*. Tempo Social; Revista de Sociologia. USP, São Paulo, 5 (1-2): 31-52.
- Unesco. (2008). *Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento*. A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial. Brasília, DF: Iphan.